



CONSELHO DE ARBITRAGEM

CIRCULAR DE INFORMAÇÃO Nº 2 - 2015

Assunto: Critérios para Promoções de Árbitros

Tendo colocado à discussão pública de todos os DTs e CRs um documento intitulado Forum de Arbitragem, ponderadas as respostas e análises entretanto recebidas, vem o CA da FPB, promulgar com base nas suas competências genéricas e específicas, respectivamente Artigo 3º e Artigo 4º alínea f) da PARTE I – DO CONSELHO DE ARBITRAGEM expressas no Regulamento de Arbitragem actualmente em vigor, os critérios definidos para as respectivas promoções à categoria superior.

REGULAMENTO DE PROMOÇÕES

De Árbitro de Clube a Árbitro Regional, por decisão administrativa do CA sob proposta das Associações Regionais, tendo os árbitros de clube que exercer actividade regular em provas particulares e ter participado num mínimo de 3 acções formativas com avaliação positiva, considerando-se como acções formativas cursos de reciclagem organizados pelo CA ou Associações Regionais e estágios em provas regionais ou nacionais de preferência dirigidas por um árbitro nacional, sendo obrigatório a entrega do relatório de estágio.

De Árbitro Regional a Árbitro Nacional de 3 formas possíveis:

- a) Através de prova de aferição de conhecimentos escrita, organizada por um colégio de árbitros, internacionais e ou nacionais, com avaliação positiva (50% ou mais), podendo ainda o CA, pontualmente e se entender necessário, solicitar avaliação prática de desempenho através da observação directa durante uma prova regional ou nacional dirigida pelo candidato e que será objecto de relatório pelo avaliador.

Nota: a prova de aferição poderá ser efectuada em qualquer região do país sob (responsabilidade da respectiva Associação Regional, que receberá em sobrescrito selado a prova a que se submetem os candidatos, provendo à sua realização e reenviando para classificação pelo colégio de árbitros definido. Esta prova deve ser realizada pelo menos uma vez em cada mandato do CA e sempre que haja

candidatos que preencham as condições agora propostas (ver nota final sobre o tema), devendo a respectiva calendarização e os conteúdos da prova de avaliação ser articulados com o Plano de Formação Nacional de Directores de Torneio que se encontra em fase de construção.

b) Através da frequência de dois Workshops, seguidos ou intercalados, organizados pela EBL com avaliação positiva.

c) Através da frequência com aprovação positiva de um Main Course da EBL

Nota: embora os Main Courses da EBL sejam destinados a árbitros nacionais, podem ser convidados árbitros regionais pela entidade organizadora (por exemplo um árbitro regional com classificação A ou A+ num workshop pode ser convidado), ou expressamente indicados para tal pelo CA da FPB.

Na alínea a) só poderá ser presente a exame após ter sido director de torneio em 6 provas regionais e ou nacionais e no caso de qualificação através das alíneas b) e c) só será definitivamente Árbitro Nacional após ter dirigido igualmente 6 provas regionais e ou nacionais. Consideram-se provas autónomas, as diversas fases da mesma prova quando diferidas física e temporalmente, bem como provas arbitradas por mais que um árbitro em locais diferentes ou quando expressamente convidados mais que um árbitro para arbitrar a mesma prova. Nos 3 casos, as provas e cursos entretanto dirigidas e frequentados, contam retroactivamente para o respectivo currículo de candidatura.

Das 6 provas consideradas como número mínimo de actividade, 2 terão que ser sempre de pares ou de equipas (ex: mínimo 2 de pares + 4 equipas ou 2 equipas + 4 de pares)

De Árbitro Nacional a Árbitro Internacional, por indicação da EBL

Lisboa, 30 de Setembro de 2015

O Conselho de Arbitragem da FPB

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes, likely representing the official signature of the Council of Arbitration of the FPB.